

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3260/2022-PGJ, DE 1º.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 51º Promotor de Justiça de Campo Grande, Wilson Canci Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 28ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 1º.7.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3228/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.7.2022, do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Fernanda Rocha Gonçalves, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3229/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda Rocha Gonçalves para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3230/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.7.2022, do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Renata Rafaela Angelotti Moro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3231/2022-PGJ, DE 30.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Renata Rafaela Angelotti Moro para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3232/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Maria Eugênia Gomes Antello Abud para exercer o cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 4ª Procuradoria de Justiça Criminal, e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessora Jurídica.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3233/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Lorena Casa Grande Macedo Viana para exercer o cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 36ª Procuradoria de Justiça (Cível), e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessora Jurídica.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3234/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Gabriel Siqueira dos Santos para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 36ª Procuradoria de Justiça (Cível).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3235/2022-PGJ, DE 30.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Júlia Moura Sanches para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 4ª Procuradoria de Justiça Criminal.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-648/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-649/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Martins Zaupa, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO
2021/2022	10	13 a 22.7.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-650/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Ariadne de Fatima Cantu da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-651/2022/PGJ, DE 8.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2016/2017	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO
2018/2019	10	26.9 a 5.10.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-776/2022/PGJ, DE 21.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Correa Amaro, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3198/2022-PGJ, DE 29.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Maria Graciele Sanches por meio da Portaria nº e-1370/2021-PGJ, de 8.11.2021, que seriam usufruídas no período de 23.5 a 1º.6.2022, a serem usufruídas no período de 6 a 15.7.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3199/2022-PGJ, DE 29.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Phelipe Alves de Oliveira por meio da Portaria nº e-1070/2021-PGJ, de 15.9.2021, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2022, a serem usufruídas no período de 17 a 26.10.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3200/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Andrelucio Vasconcelos Cavalcante por meio da Portaria nº e-697/2021-PGJ, de 21.6.2021, com redação dada pela Portaria nº e-16/2022-PGJ, de 12.1.2022, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.5.2022, a serem usufruídas no período de 20 a 29.6.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3201/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Driele Evelin Santos Vargas Araujo por meio da Portaria nº e-1184/2021-PGJ, de 13.10.2021, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, a serem usufruídas no período de 19 a 28.9.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3202/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Diego Vinicius Queiroz Silva por meio da Portaria nº e-366/2022-PGJ, de 18.4.2022, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, a serem usufruídas no período de 15 a 24.8.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3203/2022-PGJ, DE 29.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 7.6.2022, as férias da servidora Mayara Vaz Cardeal Lima concedidas por meio da Portaria nº e-1525/2021-PGJ, de 22.11.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos dias 13 e 14.10.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3204/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Juliana Patrão Laurentino por meio da Portaria nº e-1607/2021-PGJ, de 2.12.2021, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.7.2022, a serem usufruídas no período de 13 a 22.7.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3205/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Flavio Henrique Koki Azato por meio da Portaria nº e-1611/2021-PGJ, de 2.12.2021, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, a serem usufruídas no período de 13 a 22.7.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3206/2022-PGJ, DE 29.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Juliana Patrão Laurentino, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 8 a 17.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3207/2022-PGJ, DE 29.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 5.4.2022, as férias da servidora Carolynne Silvestre Oliveira Mendes concedidas por meio da Portaria nº e-195/2020-PGJ, de 14.10.2020, com redação dada pela Portaria nº e-738/2021-PGJ, de 5.7.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 26.5 a 3.6.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 JULHO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

1. Abertura, conferência do “quorum” e instalação da reunião.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004651-3

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Alteração da Resolução n.º 001/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siufi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.

3. Assuntos de interesse Institucional.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA.**

Processo: 09.2022.00004912-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- EDITORA VERBO JURÍDICO LTDA, representada por **Ricardo Glimm**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela Editora Verbo Jurídico Ltda, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 04.07.2022 até 04.07.2027.

Data da assinatura: 4 de julho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0008/2022/31PJ/CGR**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 23/02/2022, entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS (COMPROMITENTE), e a CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, neste ato representada pelo seu Presidente Carlos Augusto Borges (COMPROMISSÁRIA), referente aos gastos exorbitantes a título de publicidade institucional, no bojo dos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000571-4, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

OBJETO: limitar as despesas de publicidade da Câmara Municipal de Campo Grande, estabelecendo-as na razão de um determinado percentual das dotações orçamentárias.

OBRIGAÇÕES: 1) CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO se obriga a não gastar valores exorbitantes a título de publicidade institucional, mantendo-se a razoabilidade com as despesas de publicidade dentro dos padrões atualmente adotados. 2) CLÁUSULA SEGUNDA: Fica a Câmara Municipal de Campo Grande/MS obrigada a prestar contas, de maneira clara e objetiva, dos gastos com todo e qualquer tipo de publicidade no que tange ao objeto deste TAC, devendo divulgar em seu sítio os meios (eletrônicos ou físicos) utilizados para a divulgação das campanhas publicitárias por encomenda das agências de propaganda. Compromete-se, ainda, a descrever detalhadamente em todas as notas fiscais os serviços prestados contendo datas, inserções, material utilizado, tempo de duração, locais de divulgação, do que fora realizado, além de anexar cópia do que fora produzido e realizado, como: panfletos, fotos de eventual outdoor, busdoor, cd/dvd contendo mídias de propagandas em veículos digitais e/ou rádio, cópia da mídia/publicidade audiovisual, para a efetiva aferição pelos órgãos de controle e, em especial, pela população. 3) CLÁUSULA TERCEIRA: A Câmara Municipal de Campo Grande/MS se obriga a divulgar todas as campanhas publicitárias contratadas também em seus canais institucionais, mantendo-os atualizados e, nas campanhas de publicidade, deverá determinar a inserção de “link” que permita acesso dos interessados à página institucional da Câmara Municipal de Campo Grande/MS. 4) CLÁUSULA QUARTA: A Câmara Municipal de Campo Grande exigirá, que as agências de propaganda, dentro da estratégia de comunicação proposta, somente realizem publicações em sites, jornais ou rádios, e quaisquer outros veículos/meios de comunicação, que possa atingir o maior número de munícipes de Campo Grande/MS, dentro da razoabilidade, sempre levando em conta custos-benefícios motivados, inclusive consignando responsabilização e eventual rescisão contratual em caso de descumprimento. 5) CLÁUSULA QUINTA: A Câmara Municipal de Campo Grande/MS se obriga a dar cumprimento do presente TAC, adotando todas as medidas e providências cabíveis. 6) CLÁUSULAS SEXTA, SÉTIMA e OITAVA: Previsão no TAC de sanções em caso de descumprimento. 7) CLÁUSULAS NONA, DÉCIMA, DÉCIMA PRIMEIRA, DÉCIMA SEGUNDA e DECIMA TERCEIRA: Previsão no TAC das disposições finais.

LOCAL e DATA: Campo Grande/MS, 23 de fevereiro de 2022.

ASSINAM:

HUMBERTO LAPA FERRI

31º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

CARLOS AUGUSTO BORGES

Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande

LUIZ AUGUSTO M. A. LAZZARI

Procurador-Geral da Câmara Municipal de Campo Grande

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2022.00006433-3**

Requerente: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública

PORTARIA 0014/2022/32PJ/CGR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demaís procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde-SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o artigo 10, I, “e”, da Resolução 018/2010, com sua redação alterada pela Resolução 004/20013-CPJ, de 9.07.2013, atribui à 32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande a fiscalização do cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, *"notadamente a regularidade, necessidade e execução dos convênios e contratos firmados entre o Sistema Único de Saúde - SUS e entidades sem fins lucrativos e filantrópicas, além daquelas entidades de iniciativa privada e profissionais liberais voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como o cumprimento do disposto no artigo 38 da lei supra"*;

CONSIDERANDO a retrocitada atribuição desta 32ª Promotoria de Justiça para fiscalização dos serviços de saúde, mediante requisições de todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que fora instaurada a Notícia de Fato n. 01.2022.00001068-0 com a finalidade de *"averiguar os comunicados encaminhados pelo Hospital Universitário/HUMAP, nos quais informa situação de constante superlotação no Pronto Atendimento Médico, em razão de encaminhamento de pacientes acima da capacidade operacional e superior a oferta de serviço contratualizada com o Município de Campo Grande no Convênio n. 01/2017"*;

CONSIDERANDO, no entanto, que durante a realização de diligências iniciais, constatou-se que será formalizado Termo Aditivo n. 20 entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, visando a prorrogação excepcional da vigência do contrato atual por mais 07 (sete) meses, com vistas a viabilizar a exclusão definitiva do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – TIPO II (RUE), até 30/01/2023;

CONSIDERANDO que há necessidade de manutenção, reorganização e manutenção de alguns serviços no HUMAP-UFMS, cujas tratativas para prorrogação ou renovação da contratualização com a SESAU já estão sendo promovidas, conforme informações prestadas, por intermédio do Ofício n. 5.683/CGJ/2022, torna-se necessária a instauração de Procedimento Administrativo específico para acompanhar e intermediar a nova contratualização;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Especializada o acompanhamento das medidas administrativas deflagradas pela Gestão Municipal de Saúde, para viabilizar a transição segura do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – TIPO II (RUE) do HUMAP/UFMS para outra Unidade Hospitalar;



CONSIDERANDO, que o Procedimento Administrativo acompanhará a necessária adequação contratual para o cumprimento das metas a serem pactuadas, tendo em vista que as providências demandam essa nova contratualização, ao passo em que serão debatidos os atendimentos aos interesses públicos na área da saúde;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo como:

REQUERENTE: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Acompanhar a transição do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – Tipo II do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para outra Instituição Hospitalar, sem nenhum risco de prejuízo à população.

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos o servidor Técnico I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;

II) Encaminhe-se a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) Expeça-se OFÍCIO à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com a finalidade de:

a. Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006433-3, instaurado nesta 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, que tem por objeto: *"Acompanhar a transição do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – Tipo II do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para outra Instituição Hospitalar, sem nenhum risco de prejuízo à população"*;

b. Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);

c. SOLICITAR, QUE APRESENTE AS SEGUINTE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS: cópia do Termo Aditivo (20º TA) que será ajustado com o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para prorrogação excepcional da vigência do contrato atual por mais 07 (sete) meses, com vistas a viabilizar a exclusão definitiva do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – TIPO II (RUE), até 30/01/2023, e, ainda para a readequação de metas e definição clara das condições e responsabilidades a serem observadas pelos partícipes do acordo, relativas à exclusão; o qual versa sobre a manutenção de todos os incentivos atualmente repassados ao HUMAP-UFMS, bem como sobre o respeito à capacidade instalada definida do Hospital, manutenção das habilitações de Alta Complexidade Cardiovascular e Centro de Atendimento de Urgência Tipo II aos pacientes com AVC, mesmo após a desabilitação da Porta de Entrada da RUE; custeio dos leitos UTI adulto não habilitados, e quatro UCINCO; manutenção de todas as habilitações efetivas do estabelecimento, com garantia de continuidade após o período de transição; continuação da pontuação dos benefícios que versa sobre a reorganização do serviço, incremento de cirurgias eletivas, e possibilidade de readequação das Unidades de Urgência e Emergência adulto e pediátrica, entre outros; prestar os esclarecimentos que entender cabíveis;

IV) Expeça-se HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL com a finalidade de:

a. Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006433-3, instaurado nesta 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, que tem por objeto: *"Acompanhar a transição do componente da Porta de Entrada Hospitalar de Urgência e Emergência – Tipo II do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para outra instituição hospitalar, sem nenhum risco de prejuízo à população"*;

b. Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);



V) Expeça OFÍCIOS ao CENTRO DE APOIO OPERACIONAL/CAO DA CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; ao CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE; ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; a COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA MUNICIPAL; à COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA; ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-CRM/MS; ao CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-COREN/MS e à COMISSÃO DE SAÚDE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/OAB-MS, instruído com cópia desta Portaria, com a finalidade de:

a. Encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006433-3, instaurado nesta 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública;

b. *Informar que o andamento do referido procedimento administrativo poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);*

VI) Vindas as respostas, junte-as imediatamente aos autos;

VII) Certifique o decurso do prazo, caso não venha resposta respectiva;

VIII) Após cumpridos os itens retro, retorne os autos imediatamente conclusos para análise e ulterior deliberação.

Campo Grande, 1º de julho de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA
32ª Promotoria de Justiça

EDITAL Nº 012/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000495-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Erosmary Bortotto Garcia Lopes e Frontino Marreco Cardoso Lopes

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 03, Quadra 103, localizado na Rua Fluviópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 205.120 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401140038, em nome de Frontino Marreco Cardoso Lopes e Erosmary Bortotto Garcia Lopes.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 013/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000496-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Norton Riffel Camatte

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 07, Quadra 103, localizado na Rua Fluviópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 170.704 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401140070, em nome de Norton Riffel Camatte.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 014/2022/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000497-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josefa Botet Cuadras

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 01, Quadra 103, localizado na Rua Fluviópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 49.996 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401140011, em nome de Josefa Botet Cuadras.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 015/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000498-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Suellen de Souza Ferreira Miranda

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 01, Quadra 106, localizado na Rua Fluviópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 119.168 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401170018, em nome de Suellen de Souza Ferreira Miranda.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 016/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000499-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucineudo Pinto Vidal

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 06, Quadra 103, localizado na Rua Fluviópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 180.270 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401140062, em nome de Lucineudo Pinto Vidal.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 017/2022/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000500-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato dos Santos Botan

Assunto: Apurar a regularidade ambiental Lote 02, Quadra 107 do Loteamento Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 147.830 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401180021, em nome de Renato dos Santos Botan.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 018/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000501-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Selma Maria Delatori

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 01, Quadra 107 do loteamento Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 202.651 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401180013, em nome de Selma Maria Delatori.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 019/2022/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000502-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jeferson Puorro e Luciana de Araújo Schneider

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 09, Quadra 103 do loteamento Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 164.029 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401140097, em nome de Luciana de Araújo Schneider e Jeferson Puorro.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 020/2022/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000503-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leandro Pedro de Melo

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 03, Quadra 107, localizado na Rua Fluvioópolis, Jardim Atlântico, nesta Capital, com matrícula n. 194.841 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária municipal n. 97401180030, em nome de Leandro Pedro de Melo.

Campo Grande, 08 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0016/2022/02PJ/CBA**Inquérito Civil nº 06.2021.00000836-0.**Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2021.00000836-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Roque Fachini Filho, Olímpio Stiehler Junior, Stella Leite de Barros

Objeto: Os Compromissários reconhecem ser proprietários do imóvel rural denominado “Fazenda Santa Cruz (Área 01) Área Remanescente - Parcela 02”, matrícula nº 35.773, CARMS nº 75.110, com área total de 3.162,0553 hectares, e consequentemente responsáveis por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) Os Compromissários obrigam-se a respeitar a legislação ambiental vigente, pelo que não realizarão qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Santa Cruz (Área 01) Área Remanescente – Parcela 02”, matrícula nº 35.773, CARMS nº 75.110, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente. A vigência, abrangência e finalidade da autorização, licença ou declaração ambiental concedida deverão ser respeitadas, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade dos Compromissários. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada hectare alterado sem autorização; 2) Diante do interesse em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, os Compromissários obrigam-se a elaborar projeto e protocolar junto ao IMASUL, requerimento de retificação do CARMS0075110 para excluir a área de 2,55 hectares da Área Remanescente de Vegetação Nativa do imóvel rural “Fazenda Santa Cruz (Área 01) Área Remanescente – Parcela 02”, matrícula nº 35.775, desmatada sem autorização ambiental, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso; 3) Os Compromissários obrigam-se a elaborar projeto e protocolar junto ao IMASUL, requerimento de retificação do CARMS0075110 para acrescentar 2,21 hectares na área de Reserva Legal do imóvel rural “Fazenda Santa Cruz (Área 01) Área Remanescente – Parcela 02”, matrícula nº 35.773, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo, bem como adotar as providências de isolamento e prevenção dos fatores de degradação (presença semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento), também no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais); 4) Os Compromissários obrigam-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 2.380,00 (dois mil reais, trezentos e oitenta reais), no prazo de até 30 (trinta)



dias a contar da assinatura do TAC, em favor do GAPA – Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Corumbá e Ladário, mediante transferência bancária (Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0018, Operação 003, Conta Corrente 2666-5, CNPJ nº 14.512.336/0001-48). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento; 5) Neste ato os Compromissários obrigam-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por dia de atraso.

Corumbá/MS, 01 de julho de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL: 0018/2022/07PJ/TLS

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do PP - Procedimento Preparatório abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

PP – Procedimento Preparatório 06.2022.00000652-1

Requerente: Nelson Aparecido dos Santos

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Possível ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Sr. EDGAR BARBOSA DOS SANTOS, Secretário Municipal de Saúde do município de Selvíria/MS, no que concerne ao uso inadequado do veículo FIAT TORO, placa QAB 4314, Ano Modelo 2017 pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Selvíria/MS.

Três Lagoas/MS, 20 de junho de 2022.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 0004/2022/02PJ/RBH

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000437-8

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Mateus Araldi Salvatico

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental no lote 35 do PA Sílvia Rodrigues, zona rural deste município de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante – MS, 22 de junho de 2022.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0005/2022/02PJ/RBH**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000490-1

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Paulo Henrique Barbosa Ceolin

Assunto: apurar a ocorrência de desmate ilegal na propriedade denominada Fazenda Panorama, localizada neste município de Rio Brilhante/MS, conforme laudo técnico elaborado pelo Nugeo (Programa DNA Ambiental).

Rio Brilhante – MS, 22 de junho de 2022.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0006/2022/02PJ/RBH

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000664-3

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luzia Regina Gutuzzo

Assunto: Apurar a supressão de 7,35 hectares de vegetação secundária, em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Aracy, em Rio Brilhante/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração IBAMA nº 703RYD8.

Rio Brilhante – MS, 29 de junho de 2022.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil n.º 06.2021.00001245-2**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 22.06.2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, Lauro Veloso Malaquias e Marisa Silveira Malaquias, referente a regularização de Área de Vegetação Nativa, Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2021.00001245-2, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".